

O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Ana Júlia Gomes Da Silva

Discente do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Terezinha (FCST)

Joissy Karine Silva Veríssimo

Discente do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Terezinha (FCST)

Julhia Vitória Soares Santos

Discente do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Terezinha (FCST)

Jardson Araujo Ramalho

Docente do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Terezinha (FCST)

Jaylane Maria De Oliveira Medeiros

Docente do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Terezinha (FCST)

RESUMO: A violência sexual é uma grave violação dos direitos humanos que afeta principalmente mulheres, crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade social, como mulheres trans e travestis. Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do psicólogo no atendimento às vítimas de violência sexual, considerando os aspectos éticos, técnicos e humanos que envolvem esse processo. A pesquisa foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico, com base em publicações científicas disponíveis nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, priorizando textos recentes, com ênfase nas consequências psicológicas da violência sexual, nas diretrizes éticas da prática psicológica e nas estratégias de acolhimento utilizadas pelos profissionais da área. A abordagem adotada é qualitativa e exploratória, permitindo compreender a complexidade do tema e a necessidade de atuação interdisciplinar da rede de proteção. Entre os resultados esperados, destaca-se a identificação de práticas de escuta humanizada e intervenções psicológicas que possam auxiliar no processo de superação do trauma, bem como a valorização do papel do psicólogo na articulação com os serviços públicos de saúde, assistência social e segurança. Espera-se, ainda, contribuir para o fortalecimento de uma prática profissional ética, sensível às especificidades das vítimas e comprometida com os direitos humanos. O estudo reforça a importância da formação continuada e da sensibilização dos profissionais para garantir um atendimento acolhedor e eficaz, especialmente frente à invisibilidade de determinados grupos sociais afetados por essa forma de violência.

Palavras-chave: Acolhimento. Psicologia. Trauma. Violência sexual. Ética

ABSTRACT: Sexual violence is a serious violation of human rights that mainly affects women, children, adolescents, and socially vulnerable populations, such as trans women and travestis. This study aims to analyze the psychologist's role in attending to victims of sexual violence, considering the ethical, technical, and human aspects involved in the process. The research was conducted through a bibliographic review, based on scientific publications available on platforms such as SciELO and Google Scholar, prioritizing recent texts with an emphasis on the psychological consequences of sexual violence, the ethical guidelines of psychological practice, and the reception strategies used by professionals in the field. The adopted approach is qualitative and exploratory, allowing a better understanding of the complexity of the issue and the need for interdisciplinary action within the protection network. Expected results include the identification of humanized listening practices and psychological interventions that may assist in the trauma recovery process, as well as the appreciation of the psychologist's role in coordinating with public health, social assistance, and security services. The study also aims to contribute to strengthening an ethical

professional practice that is sensitive to the specificities of victims and committed to human rights. The research reinforces the importance of continuing education and professional awareness to ensure welcoming and effective care, especially in light of the invisibility of certain social groups affected by this form of violence.

Keywords: Reception. Psychology. Trauma. Sexual violence. Ethics

INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma realidade alarmante no Brasil e tem consequências profundas na vida das vítimas, tanto físicas quanto psicológicas. Embora possa atingir qualquer pessoa, ela é mais comum entre mulheres, crianças, adolescentes e populações em situação de vulnerabilidade. Entre os impactos causados, destacam-se o trauma emocional, o medo, a culpa e a dificuldade de reconstruir os vínculos sociais e familiares.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), cerca de 14,6% dos adolescentes entre 13 e 17 anos relataram já ter sofrido algum tipo de violência sexual. O estudo revela ainda que mais da metade das vítimas de estupro vivenciaram a agressão antes dos 13 anos de idade, geralmente cometida por alguém próximo, como namorados(as) ou familiares (DE VASCONCELOS et al., 2022).

A situação se torna ainda mais grave quando observada entre mulheres trans e travestis. Segundo Hentges et al. (2024), mais da metade das participantes de uma pesquisa nacional relataram ter sofrido violência sexual em algum momento da vida. A maioria não procurou ajuda profissional, seja por medo, vergonha ou falta de acesso a serviços acolhedores. Esses dados revelam o quanto essa população está vulnerável e invisibilizada nos serviços de saúde mental.

Durante a pandemia da COVID-19, também foi observado um aumento nos casos de violência sexual, especialmente entre crianças e adolescentes. Isso se deve ao maior tempo de convivência com os agressores, que muitas vezes são membros da própria família (PANTOJA et al., 2022). Essa realidade reforça a importância da atuação do psicólogo como agente de acolhimento e apoio psicológico para a vítima e seus familiares.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o papel do psicólogo no atendimento a vítimas de violência sexual, compreendendo sua função ética, técnica e

humana nesse processo. A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos e documentos oficiais que tratam da temática.

OBJETIVO GERAL

Compreender a atuação do psicólogo no acolhimento, escuta e suporte terapêutico de vítimas de violência sexual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais impactos psicológicos causados pela violência sexual.
- Descrever as diretrizes éticas que orientam o trabalho do psicólogo nesse contexto.
- Analisar as estratégias de acolhimento e escuta utilizadas no atendimento às vítimas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. O estudo foi desenvolvido por meio da análise de materiais previamente publicados que abordam a temática da violência sexual e a atuação do psicólogo no acolhimento às vítimas.

As fontes utilizadas foram selecionadas por meio de pesquisas em bases científicas como SciELO e Google Acadêmico, priorizando artigos, livros e documentos oficiais publicados nos últimos cinco anos, a fim de garantir a atualidade e a relevância das informações. A seleção do material considerou produções que tratam dos impactos psicológicos da violência sexual, das diretrizes éticas da psicologia e das estratégias de escuta e acolhimento utilizadas por profissionais da área.

O conteúdo dos textos foi analisado de forma interpretativa, a partir da identificação de categorias temáticas que estruturam os capítulos do trabalho. A metodologia bibliográfica permite a sistematização do conhecimento existente sobre o tema, contribuindo para a compreensão do papel do psicólogo diante das múltiplas formas de violência sexual e da importância de uma atuação ética e humanizada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Violência sexual: conceitos e dados no Brasil

A violência sexual é considerada uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, sendo um fenômeno social e de saúde pública que atinge diversas faixas etárias e grupos sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Seus efeitos ultrapassam o dano físico imediato, afetando profundamente o bem-estar emocional, a saúde mental e o convívio social das vítimas. De acordo com Moura e Oliveira (2022), essa forma de violência tende a ocorrer de maneira silenciosa e repetitiva, sobretudo na infância e adolescência, período em que a vítima muitas vezes não compreende a gravidade da situação ou sente-se impedida de denunciá-la.

Segundo Vasconcelos et al. (2022), a prevalência de abuso sexual entre escolares de 13 a 17 anos no Brasil foi de 14,6%, com 6,3% relatando estupro. O estudo aponta que as maiores taxas ocorrem entre adolescentes do sexo feminino e na faixa de 16 a 17 anos. Um dado particularmente alarmante é que mais da metade das vítimas de estupro afirmou ter sofrido a agressão antes dos 13 anos, muitas vezes praticada por pessoas do próprio círculo íntimo, como namorados ou familiares (DE VASCONCELOS et al., 2022).

Durante a pandemia de COVID-19, os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes se agravaram. Conforme apontado por Pantoja et al. (2022), fatores como o isolamento social e o convívio prolongado com agressores domésticos contribuíram para o aumento dos casos. A revisão realizada pelas autoras identificou um crescimento significativo nas notificações, além de lacunas importantes na estrutura de proteção e denúncia, o que reforça a necessidade de atenção especializada e contínua no enfrentamento dessa violação (PANTOJA et al., 2022).

Outro público extremamente afetado é o das mulheres trans e travestis. Em estudo realizado por Hentges et al. (2024), 53% das entrevistadas relataram ter sofrido violência sexual ao longo da vida, sendo que 64,4% das vítimas passaram por essa experiência mais de uma vez. O levantamento revelou ainda que a maioria das vítimas não procurou

serviços de saúde (93,2%) nem fez denúncia formal (93,9%), evidenciando um contexto de vulnerabilidade extrema e abandono institucional (HENTGES et al., 2024).

Em relação às mulheres jovens e adultas, Fromholz et al. (2023) discutem o impacto psicológico da violência sexual e o papel da psicoterapia na superação do trauma. O estudo reforça que os danos causados por esse tipo de violência se manifestam frequentemente como depressão, ansiedade, distúrbios do sono, sentimento de culpa e vergonha, e que o acompanhamento psicológico é essencial para restaurar a saúde emocional e prevenir recaídas (FROMHOLZ et al., 2023).

No contexto da infância e adolescência, Moura e Oliveira (2022) apontam que a violência sexual gera impactos significativos na saúde física, psíquica e social das vítimas. A pesquisa destaca que o papel do psicólogo é essencial nesse processo, pois a intervenção adequada pode fortalecer o vínculo familiar e auxiliar na reconstrução emocional da criança ou adolescente, promovendo estratégias de enfrentamento e acolhimento (MOURA; OLIVEIRA, 2022).

Soares e Macedo (2020) chamam atenção para a necessidade de articulação entre a Psicologia da Saúde e a Saúde Coletiva, enfatizando a importância de compreender a violência sexual não apenas como um evento individual, mas como uma questão social que exige resposta institucional ampla. Para os autores, a prática do psicólogo deve se articular com políticas públicas e princípios ético-políticos que garantam o cuidado humanizado e a defesa dos direitos das vítimas (SOARES; MACEDO, 2020).

Consequências psicológicas da violência sexual

A violência sexual, além de ser uma grave violação dos direitos humanos, gera impactos significativos na saúde mental das vítimas, que podem se manifestar a curto, médio e longo prazo. Esses efeitos variam de acordo com a idade, o contexto em que ocorreu a violência e a presença (ou ausência) de suporte familiar, institucional e psicológico. De acordo com Moura e Oliveira (2022), entre crianças e adolescentes os danos incluem retraimento social, distúrbios de comportamento, dificuldades de aprendizagem e sentimentos de medo constante. As autoras destacam que a violência

sexual durante a infância pode interromper o desenvolvimento emocional, provocar desconfiança em relação aos adultos e gerar impactos que se estendem até a vida adulta, exigindo acompanhamento psicológico contínuo (MOURA; OLIVEIRA, 2022).

Entre adolescentes, as consequências também se expressam em sintomas graves como depressão, transtornos de ansiedade e comportamentos autolesivos. Vasconcelos et al. (2022), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, evidenciam que a violência sexual é mais prevalente entre meninas na faixa etária de 16 a 17 anos, e que muitas relataram não buscar apoio psicológico após o ocorrido. Isso sugere que, além das consequências emocionais, existe uma dificuldade de acesso a serviços especializados, o que agrava o sofrimento das vítimas (DE VASCONCELOS et al., 2022). Ainda segundo o estudo, muitas adolescentes relataram ter sofrido abuso por pessoas conhecidas, o que contribui para sentimento de culpa, confusão e silêncio.

Em situações de repetição da violência, os impactos psicológicos tendem a se agravar. Fromholz et al. (2023) ressaltam que mulheres adultas vítimas de violência sexual costumam desenvolver quadros de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além de outros sintomas como insônia, perda de apetite, baixa autoestima, dificuldade de estabelecer vínculos afetivos e isolamento social. O estudo destaca ainda que muitas dessas mulheres enfrentam estigmas, julgamentos e descrença ao relatarem as agressões, o que acaba por desencorajar a busca por tratamento. A atuação da psicologia clínica, segundo as autoras, é essencial para o processo de reconstrução do sujeito e fortalecimento da autoestima, por meio de escuta qualificada e intervenções terapêuticas específicas (FROMHOLZ et al., 2023).

A pandemia da COVID-19 intensificou ainda mais os efeitos da violência sexual, especialmente entre crianças e adolescentes, como demonstrado por Pantoja et al. (2022). Segundo as autoras, o isolamento social e a permanência das vítimas dentro de ambientes violentos resultaram em um aumento dos casos, dificultando o acesso a serviços de acolhimento e amplificando o sofrimento psíquico. Além disso, as dificuldades estruturais e institucionais agravaram a sensação de abandono vivenciada por muitas vítimas, que não conseguiram romper com o ciclo da violência (PANTOJA et al., 2022).

No caso de mulheres trans e travestis, os efeitos da violência sexual são ainda mais acentuados devido à marginalização social e à exclusão institucional. Hentges et al. (2024) evidenciam que, entre as mulheres trans entrevistadas, 53% relataram ter sofrido violência sexual, e a maioria vivenciou mais de um episódio ao longo da vida. Os impactos psicológicos, segundo o estudo, estão relacionados a sentimentos de medo, desamparo, vergonha, uso de substâncias psicoativas e até tentativas de suicídio. A ausência de acolhimento e o medo de serem revitimizadas ao procurarem os serviços de saúde contribuem para o agravamento do sofrimento emocional e a perpetuação do trauma (HENTGES et al., 2024).

Como apontam Soares e Macedo (2020), é fundamental que a psicologia reconheça esses efeitos dentro de uma perspectiva ampliada, considerando as dimensões sociais e políticas envolvidas na violência sexual. Para os autores, compreender a violência sexual como um fenômeno coletivo e estrutural — e não apenas individual — é indispensável para a construção de práticas terapêuticas comprometidas com os direitos humanos. Eles defendem a articulação entre psicologia, saúde pública e políticas sociais como estratégia de enfrentamento da violência e de cuidado com as vítimas (SOARES; MACEDO, 2020).

A ética na psicologia e a escuta humanizada

A atuação do psicólogo no atendimento a vítimas de violência sexual exige não apenas domínio técnico, mas, sobretudo, um compromisso ético e humano. Diante de uma situação tão delicada e potencialmente traumática, o papel do psicólogo deve ser guiado pela empatia, pela escuta qualificada e pelo respeito incondicional à dignidade da pessoa atendida. A escuta humanizada é, nesse contexto, uma ferramenta terapêutica essencial, pois permite que a vítima se expresse em um ambiente seguro, acolhedor e livre de julgamentos. De acordo com Soares e Macedo (2020), a escuta deve ser compreendida como uma prática ética que reconhece o sofrimento da vítima em sua complexidade e que se articula com os princípios da psicologia voltada para os direitos humanos.

Segundo Fromholz et al. (2023), muitas mulheres vítimas de violência sexual enfrentam resistência para relatar a agressão, devido ao medo da revitimização, à

vergonha e ao preconceito ainda presente na sociedade. O estudo mostra que, ao oferecer uma escuta sensível e acolhedora, o psicólogo contribui significativamente para a reconstrução da autoestima da vítima e para a superação do trauma. As autoras também alertam para os riscos da escuta impositiva ou enviesada, que pode reforçar sentimento de culpa e sofrimento psíquico (FROMHOLZ et al., 2023).

No caso de crianças e adolescentes, Moura e Oliveira (2022) enfatizam que a escuta deve ser feita com extremo cuidado, respeitando os limites emocionais da vítima e utilizando linguagem adequada à faixa etária. O psicólogo precisa atuar de forma ética, evitando qualquer tipo de pressão ou julgamento, e garantir a integridade emocional da criança durante o processo de acolhimento. As autoras também destacam a importância da articulação com outros profissionais da rede de proteção, como assistentes sociais, conselheiros tutelares e educadores, para assegurar um atendimento integral (MOURA; OLIVEIRA, 2022).

Entre pessoas trans e travestis, a escuta humanizada torna-se ainda mais fundamental. Hentges et al. (2024) apontam que muitas dessas vítimas evitam procurar os serviços de saúde justamente por já terem sido alvo de discriminação institucional. O estudo mostra que 93,2% das entrevistadas que sofreram violência sexual não buscaram atendimento médico ou psicológico após o ocorrido, e 93,9% não realizaram denúncia formal. Esse dado evidencia o quanto a falta de escuta ética e sensível nos serviços contribui para o silêncio e o agravamento do sofrimento dessas pessoas (HENTGES et al., 2024).

Soares e Macedo (2020) reforçam que a prática psicológica deve estar fundamentada em uma ética voltada para os direitos humanos, o que inclui o respeito à diversidade, à autonomia da vítima e à promoção do cuidado integral. Para os autores, o psicólogo não pode se limitar a um atendimento técnico e individualizado, mas deve considerar as dimensões sociais e políticas que atravessam a experiência da violência sexual. Eles defendem que a escuta ética envolve reconhecer as desigualdades estruturais que afetam o acesso à saúde mental e promover intervenções que levem em conta o contexto de vida da vítima (SOARES; MACEDO, 2020).

Nesse sentido, o compromisso ético do psicólogo não se resume ao sigilo e à confidencialidade, mas inclui uma postura ativa de acolhimento, empatia, respeito às subjetividades e recusa a qualquer forma de preconceito ou revitimização. A escuta humanizada não é apenas uma técnica, mas uma atitude profissional que reconhece a dor da vítima como legítima e digna de atenção, cuidado e reparação.

A rede de atendimento: cras, creas, caps, hospitais e delegacias

O atendimento a vítimas de violência sexual requer uma atuação articulada entre diferentes setores da rede de proteção social e de saúde. Essa rede é composta por equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as unidades hospitalares e as delegacias especializadas. De acordo com Soares e Macedo (2020), a violência sexual não pode ser tratada como uma questão exclusivamente individual, mas como um problema coletivo e social, o que exige a integração entre profissionais de diferentes áreas e políticas públicas efetivas de enfrentamento.

Moura e Oliveira (2022) destacam que o papel do psicólogo dentro da rede de proteção vai além do atendimento clínico. É necessário que esse profissional participe ativamente das ações interdisciplinares e intersetoriais, colaborando com assistentes sociais, educadores, conselheiros tutelares e profissionais da saúde para assegurar que a vítima seja acolhida de forma integral. As autoras reforçam a importância de encaminhamentos adequados aos serviços da rede, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes em situação de risco, para que a escuta não seja fragmentada e a vítima não seja exposta a múltiplas revitimizações (MOURA; OLIVEIRA, 2022).

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, Hentges et al. (2024) evidenciam que grande parte das mulheres trans e travestis que sofreram violência sexual não procurou hospitais ou unidades de saúde por medo de preconceito e discriminação institucional. Essa realidade demonstra falhas no acolhimento oferecido por muitos desses serviços, o que compromete o papel da rede na proteção e no cuidado dessas

populações. O estudo mostra que, para garantir a efetividade da rede, é essencial formar profissionais capacitados para atender com sensibilidade às diferentes identidades de gênero, respeitando os direitos das vítimas e assegurando sua integridade emocional (HENTGES et al., 2024).

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais as lacunas da rede de atendimento. Segundo Pantoja et al. (2022), durante o período de isolamento social, muitas vítimas não conseguiram acessar os serviços públicos de saúde e assistência, o que dificultou os encaminhamentos e a continuidade do acompanhamento psicológico. O estudo aponta que, mesmo quando os serviços estavam disponíveis, houve sobrecarga de profissionais e limitações estruturais que reduziram a qualidade do atendimento. Diante disso, os autores ressaltam a necessidade de fortalecer os fluxos de atendimento e garantir que todas as vítimas tenham acesso a acolhimento e suporte especializado, mesmo em contextos de emergência (PANTOJA et al., 2022).

Fromholz et al. (2023) ressaltam que os hospitais e serviços de pronto-atendimento devem estar preparados para receber vítimas de violência sexual com agilidade, sigilo e escuta qualificada. O acolhimento inicial muitas vezes ocorre nessas unidades, sendo fundamental que os profissionais saibam realizar os primeiros encaminhamentos para psicólogos, serviços sociais e órgãos legais competentes. O estudo também aponta que a atuação conjunta entre a rede de saúde e a rede de justiça é essencial para assegurar a proteção da vítima e a responsabilização do agressor (FROMHOLZ et al., 2023).

Por fim, Vasconcelos et al. (2022) reforçam que, no caso dos adolescentes, a presença de uma rede estruturada de atendimento é fundamental para interromper ciclos de violência. Os autores observam que muitos adolescentes vítimas de estupro ou abuso sexual não receberam nenhum tipo de atendimento psicológico ou encaminhamento formal. Isso reforça a importância da notificação imediata pelos serviços de saúde e da articulação com os conselhos tutelares, as escolas e o Ministério Público, garantindo que a rede funcione como um sistema de proteção eficaz (DE VASCONCELOS et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual é uma realidade complexa e alarmante no Brasil, com consequências profundas e duradouras para as vítimas. O impacto dessa violência não se limita ao sofrimento físico: ela compromete a saúde mental, emocional e social das pessoas atingidas, especialmente quando ocorre na infância, na adolescência ou contra grupos socialmente vulneráveis. Os dados apresentados ao longo deste trabalho evidenciam a urgência de ações interdisciplinares e de políticas públicas comprometidas com a proteção, o cuidado e a reparação das vítimas.

Neste contexto, o papel do psicólogo se mostra fundamental. Sua atuação vai além do espaço clínico e exige sensibilidade, ética e engajamento. O acolhimento adequado, a escuta humanizada e a intervenção psicológica qualificada são elementos essenciais para ajudar a vítima a ressignificar o trauma e reconstruir sua autonomia. Além disso, o psicólogo deve atuar de forma articulada com a rede de proteção — composta por serviços como CRAS, CREAS, CAPS, hospitais e delegacias — garantindo que a vítima tenha acesso integral a apoio emocional, social e legal.

É preciso destacar que muitos desafios ainda estão presentes na prática profissional. A escassez de serviços especializados, o despreparo de parte das equipes de atendimento, a revitimização institucional e o preconceito, especialmente contra pessoas trans e travestis, dificultam a efetividade das políticas de proteção. Por isso, a formação continuada dos profissionais e o fortalecimento da rede de atendimento são ações urgentes e necessárias.

Este trabalho buscou refletir sobre esses aspectos e reafirmar a importância de uma psicologia comprometida com os direitos humanos, com o cuidado ético e com a escuta transformadora. O enfrentamento à violência sexual não depende apenas da denúncia e da punição, mas também do suporte emocional qualificado, que possibilite à vítima reconstruir sua história com dignidade, apoio e respeito.

REFERÊNCIAS:

HENTGES, Bruna et al. Violência sexual durante a vida em mulheres trans e travestis (MTT) no Brasil: Prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de**

Epidemiologia, v. 27, p. e240013. supl. 1, 2024. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/GjF8gPpg9qrrGKJ6qdMdQHb/?lang=pt>

DE VASCONCELOS, Nádia Machado et al. Prevalência de violência sexual em escolares no Brasil: Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 26, 2022. Acesso em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/remc/article/view/38473>

PANTOJA, Jessica Corrêa et al. Agravamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: Uma revisão sistemática de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e511111436316-e511111436316, 2022. Acesso em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36316>

FROMHOLZ, Amanda Larissa Evangelista et al. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E A INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA NA SUPERAÇÃO DO TRAUMA E NA PREVENÇÃO CONTRA ABUSOS SEXUAIS. **Revista FAROL**, v. 2, n. 2, p. 18, 2023. Acesso em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/457>

MOURA, Sabrina Braz de; OLIVEIRA, Sara Alves de. **Violência sexual na Infância e adolescência: Impacto e intervenções psicológicas**. 2022. <https://dspace.uniube.br/jspui/handle/123456789/2056>

SOARES, Francisco Bruno Paz; MACEDO, João Paulo Sales. Intersecções entre psicologia da saúde e saúde coletiva: uma revisão integrativa. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 33-47, 2020. <https://www.redalyc.org/journal/6098/609864065003/609864065003.pdf>